

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
SABRINA PATRICIA MEURER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: O SIGNIFICADO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO – ESTUDO DE CASO E PROPOSTA PROJETUAL PARA O SÍTIO
DOS FRAGA – SANTO AMARO DA IMPERATRIZ – SC.**

CASCABEL
2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
SABRINA PATRICIA MEURER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: O SIGNIFICADO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO – ESTUDO DE CASO E PROPOSTA PROJETUAL PARA O SÍTIO
DOS FRAGA – SANTO AMARO DA IMPERATRIZ – SC.**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Projetual, como
requisito parcial para a aprovação na
disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professora Orientadora: Arquiteta e Urbanista
Sandra M. Mattei Cardoso

CASCADEL

2017.1

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

SABRINA PATRICIA MEURER

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: O SIGNIFICADO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO – ESTUDO DE CASO E PROPOSTA PROJETUAL PARA O SÍTIO DOS FRAGA – SANTO AMARO DA IMPERATRIZ – SC.

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor Especialista Sandra Magda Mattei Cardoso.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora
Sandra Magda Mattei Cardoso
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista Especialista

Professora Avaliadora
Silmara Dias Feiber
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Dr^a Arquiteta e Urbanista

Cascavel/PR, 28 de Maio de 2017.

RESUMO

O presente trabalho abordará o significado do patrimônio histórico tendo como estudo de caso e proposta projetual para o Sítio dos Fraga, localizado na cidade de Santo Amaro da Imperatriz – SC. Para isso a pesquisa buscou alcançar os objetivos compreendendo a significância do bem histórico por meio de um levantamento de materiais com assuntos relacionados ao tema; apresentando a semiótica, buscando correlatos de obras que passaram pelo processo de restauração e reutilização; levantamento histórico da cidade e do sítio em questão, além do seu levantamento arquitetônico. Para o trabalho utilizou-se da metodologia qualitativa, buscando analisar e entender aspectos mais profundos relacionados a pesquisa e, também, de caráter bibliográfica, pois retoma bibliografias publicadas relacionadas ao tema da pesquisa. Com a compreensão da assunto abordado, propõe-se a reutilização e restauração da edificação e o projeto de um anexo. Com os estudos feitos e a proposta de projeto definida pode-se perceber a relevância representada pelo bem de aspecto simples, porém de grande importância para a família e sociedade em que está inserida.

Palavras chave: Santo Amaro da Imperatriz, Turismo Rural, Restauo, Semiótica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa com a localização dos moinhos e desenho encontrado na parede de uma casa que iria ser restaurada.....	20
Figura 02: Implantação com o Moinho e anexos.....	21
Figura 03: Museu do Pão.....	22
Figura 04: Fachada DESI Center.....	23
Figura 05: Possível utilização do Engenho São Jorge dos Erasmos.....	24
Figura 06: Projeto da torre e passarelas.....	25
Figura 07: Mapa de Santa Catarina dividido pelo Tratado de Tordesilhas.....	26
Figura 08: Visita de Dom Pedro II e dona Teresa Cristina.....	29
Figura 09: Frente, lateral da casa, frente do engenho e moenda, respectivamente.....	30
Figura 10: Tijolos de barro aparentes e fundação.....	31
Figura 11: Forro e assoalho em madeira.....	31
Figura 12: Forno de carvão.....	32
Figura 13: Vista da cidade.....	33
Figura 14: Fluxograma.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GUEPHA - Patrimônio histórico e cultural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 ASSUNTO/TEMA:	1
1.2 JUSTIFICATIVA	1
1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	2
1.4 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE	2
1.5 OBJETIVOS GERAL	2
1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2
1.7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	3
1.8 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	3
2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS	4
2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS	4
2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS	5
2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO	6
2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO	7
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO:	8
3.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	9
3.2 SEMIÓTICA	10
3.2.1 A SEMIÓTICA PEIRCEANA	11
3.2.2 SEMIÓTICA E O PATRIMÔNIO	12
3.3 TEORIAS DO RESTAURO	13
3.4 TIPOS DE INTERVENÇÃO	15
3.5 ARQUITETURA VERNACULAR	17
4 TURISMO	18
4.1 TURISMO EM ÁREAS RURAIS	18
5 CORRELATOS	19

5.1 MUSEU DO PÃO	20
5.2 DESI CENTRE – ANNA HERINGER	22
5.3 ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS	24
6 DIRETRIZES PROJETUAIS	26
6.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO	26
6.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	28
6.1.2 TURISMO EM SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	29
6.1.3 SÍTIO DOS FRAGA	29
6.3 PROPOSTA PROJETUAL	32
6.3.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES	32
6.3.2 FLUXOGRAMA	33
7 CONSIDERAÇÕES	34
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	42
APÊNDICES	42
APÊNDICE A – DETALHES CONSTRUTIVOS E PLANTA	42
APÊNDICE B – PLANTA DO ENGENHO E IMAGENS DA FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR E MELADO PELA FAMÍLIA.	45
APÊNDICE C: ENGENHO DO SEU ZECA E MAPA COM O CAMINHO ENTRE OS ENGENHOS DO SEU ZECA E SEU PAULO.	47

1 INTRODUÇÃO

O trabalho abordará os aspectos relacionados ao Patrimônio Histórico e Cultural e a significação representada pelo mesmo no local onde está inserido. Tendo como estudo de caso o Sítio dos Fraga, localizado em Santo Amaro da Imperatriz – SC, onde será proposto um projeto de restauro e a criação de anexos que supram as necessidades para o desenvolvimento de atividades para o turismo no local.

Um dos objetivos do trabalho é entender a importância vinculada às construções históricas e a relevância para a sociedade local. Para isso, por meio de pesquisas relacionadas à semiótica busca-se compreender a formação dessa ligação entre os sentimentos daqueles que conviveram com o monumento histórico e a arquitetura.

O intuito da pesquisa é que, além de preservar a memória da formação da população Santo-amarense e mostrar a riqueza existente na cidade, contribua-se com a ideia de criar um Caminho dos Engenhos para a cidade. Dessa forma, fomentando o crescimento do turismo na região.

1.1 ASSUNTO/TEMA:

O presente trabalho busca reconhecer a significação do Patrimônio Histórico. Analisando os processos de significação e valorização pelo indivíduo por meio da relação de vivência entre o “material” e o ser. Esses conhecimentos juntamente com o estudo sobre técnicas retrospectivas serão aplicados no Sítio dos Fraga, localizado em Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina.

O assunto a ser abordado está na linha de pesquisa de arquitetura e urbanismo, e no grupo de pesquisa **GUEPHA** - Patrimônio histórico e cultural.

1.2 JUSTIFICATIVA

Justifica-se a pesquisa pelos conhecimentos que serão compartilhados no meio acadêmico/científico em relação ao Patrimônio Histórico e suas significações, apresentando o Sítio e o engenho de açúcar, construído na primeira metade do século XX, como exemplo de estudo de caso. No âmbito profissional a pesquisa oferece conhecimentos para que se possa compreender o processo de significação vinculado ao bem material e o ser. Demonstrando técnicas utilizadas para a restauração e conservação para a preservação de bens históricos. No

âmbito econômico auxiliará no entendimento da formação histórica da cidade, demonstrando a relevância representada pelo bem histórico pertencente ao local podendo, ainda, servir como atrativo turístico. No campo social a pesquisa contribui manifestando a importância representada pelo patrimônio histórico na sociedade. Mostrando como a história da cidade, da população local pode ser testemunhada através de construções deixadas por aqueles que fazem/fizeram parte da região.

1.3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O problema relacionado a pesquisa é: O entendimento da significação do patrimônio histórico é um dos precursores para a preservação?

1.4 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

O que se pode presumir com o problema é que: a compreensão da relevância pertencente ao bem histórico induz a preservação.

1.5 OBJETIVOS GERAL

Entender o processo de significação do patrimônio histórico e as técnicas retrospectivas para a sua preservação, tendo como foco o estudo de caso e proposta projetual para o Sítio dos Fraga, em Santo Amaro da Imperatriz, SC, fomentando o turismo e economia para a região em questão.

1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Levantar material teórico pertinente ao assunto
- II. Apresentar a semiótica;
- III. Buscar obras correlatas que passaram pelo processo de restauração e complementação com anexo;
- IV. Levantar histórico sobre Santo Amaro da Imperatriz – SC;
- V. Fazer levantamento arquitetônico do local;
- VI. Propor projeto de restauração e anexo para o sítio e engenho fomentando a construção de um local turístico e cultural para o município;

1.7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Feiber (2008):

[...] o patrimônio histórico-cultural organiza lugares, os quais fixam e expressam a identidade cultural de indivíduos de um grupo social através da sua materialidade. Dessa forma, o patrimônio representa um signo que reúne, no espaço, dois aspectos, a forma material (a aparência) e um determinado conteúdo sócio (o seu significado). (FEIBER, 2008, pág. 45)

Dvorak (2008), coloca que os monumentos são como “laços que ligam ao local”, servindo como testemunhas de gerações passadas, sendo “parte viva e integrada às nossas existências”.

1.8 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho é de caráter qualitativo que conforme Marconi e Lakatos (2011) preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos. Esta pesquisa pode ser classificada também, como pesquisa bibliográfica pois, segundo Marconi e Lakatos (2013) ela é realizada abrangendo toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, até meio de comunicação orais e audiovisuais, tendo por finalidade colocar o pesquisador em contato com tudo o que já foi escrito.

Constituída por estudo de caso na elaboração do programa de necessidades. Análise de correlatos em aspectos de composição e questão funcional. Após a coleta de dados será aplicado a verificação e confrontação dos dados obtidos, para posteriormente definir se a proposta é adequada, encaminhando para a comprovação ou não das hipóteses.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS

Composta por quatro pilares (História e teorias, Metodologias de projeto, Urbanismo e planejamento urbano e Tecnologia da construção) percebe-se a riqueza de conhecimentos pertinente a Arquitetura e Urbanismo.

Com as aproximações teóricas, resgataram-se assuntos estudados no decorrer do curso de Arquitetura e Urbanismo. Sendo de grande valia por oportunizar aos acadêmicos relembrar e reforçar conteúdos essenciais para a formação do profissional e desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso.

2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS

No pilar História e Teorias, foram utilizados livros recapitulando a história da arquitetura desde o período Pré-histórico. Sendo fundamental para compreensão da formação dos costumes, cidades, das sociedades como conhecemos atualmente. Dessa forma, Benévolo (2009) coloca que o local habitado pelas comunidades neolíticas era transformado para adaptar as necessidades ao plantio, abrigo para homens e animais domesticados, além de criarem locais para estocar alimentos. Assim o hábito de coleta não é mais o único para sobrevivência.

Para saber sobre sociedades antecedentes, a documentação é uma ferramenta necessária, Benévolo (2009) conta que por meio de registros arqueológicos, sabe-se que após a união do país egípcio e com a sua sociedade bem estruturada, documentos achados em sarcófagos reais relatam a conquista de povos e a aquisição poderes mágicos das divindades pertencentes aos conquistados. Assim sendo sabe-se desse ocorrido por meio dos relatos deixados pelos antepassados.

Sobre a história da Arquitetura e os costumes do período colonial no Brasil, Reis Filho (2002) descreve sobre a diferença das construções, descrevendo que as casas mais modestas a aplicação de paredes era em pau-a-pique, taipa de pilão, adobe. Por outro lado, pedra e barro eram utilizados em residências de pessoas com maior poder aquisitivo. Segundo o autor materiais industrializados foram empregados de forma comedida, próxima ao artesanal, até meados de 1940. Em vista disso, e com o avanço das tecnologias novos materiais começam a ser empregados, conseqüentemente, a forma na arquitetura também sofre mudanças.

Colin (2000) coloca como origem da forma arquitetônica a associação de ideias que cada arquiteto possui sobre arquitetura, a relação com o local, a relevância histórica, técnicas, etc.

Essa relação com o local juntamente com a relevância histórica remete ao patrimônio cultural e histórico de cada país. No caso do Brasil, Reis Filho (2002) coloca como princípio para inspirações na atualidade o patrimônio cultural referente a cada região, considerando-o substancial para a inclusão de ações criativas, tanto sensíveis como intelectuais. Essas ações destinadas ao uso da sociedade geram interesse para a economia por fornecerem subsídios para as atividades de turismo e cultura.

2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETOS

No Brasil e em todo o mundo, os paradoxos relacionados aos progressos socioeconômicos, em todo o tempo, condicionaram a arquitetura. Com a mudança do rural para o urbano, no século XX, construiu-se mais do que o tempo antecedente (SEGRE, 2004). Segre (2004) diz que nos dias de hoje gastar menos associado a funcionalidade é o que se busca para as edificações.

Segundo Ching (2001) precisa-se observar atentamente o espaço físico que cerca a construção para a elaboração do projeto. Já a forma, de acordo com Arnheim (2011), é estabelecida conforme a cultura em que está inserida ou algum artista em especial, não dependendo apenas das características físicas dos materiais empregados.

Segre (2004) se questiona sobre as intervenções nas construções. Considerando como primeira abordagem ligada ao legado histórico pertencente a personalidade e a singularidade. E a segunda é o consenso entre as novas técnicas e as edificações já existentes. Segundo autor, “essas intervenções não só resgataram os prédios históricos, mas também os transformaram em novos ícones vitais e ativos na paisagem da cidade”.

O histórico, inerente às obras, para Choay (2001) só é consistente quando visto, sendo preciso se por fora dessa história para vê-la. O autor acredita que os monumentos são capazes de mostrar o passado, como se “ressuscitasse” tempos passados. Assim Choay (2001) fala sobre o monumento: “O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo”, esse passado está impresso, segundo o autor, através das atividades demarcadas das gerações antepassadas, conferindo um “caráter sagrado”, sendo como a essência.

Para conservar esses monumentos, vários teóricos foram surgindo com o tempo, Ruskin, Viollet-le-Duc, Boito entre outros. Para Viollet-le-Duc (2000) por exemplo “restaurar

um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”

Fonseca (2005) diz que no Brasil, a partir de 1920 é que vão surgir preocupações políticas e com o envolvimento do Estado em relação a conservação dos monumentos históricos preservando os artefatos com valores históricos.

O que condiciona a preservação dos monumentos, segundo Mendes (2005), é o entendimento histórico referente ao surgimento e os conhecimentos em relação ao patrimônio em questão. Dessa forma a autora relaciona o restaurador a um cirurgião:

A não atuar desta maneira, é melhor deixar morrer o doente do que assassiná-lo. A preservação visa à conservação ou à restauração do patrimônio cultural que testemunha o passado histórico, representativo de uma época, em sua verdadeira dimensão e definindo a sua individualidade. (MENDES, 2005, pág. 398)

2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

No contexto do urbanismo pode-se vincular a história da formação das cidades. O entendimento do cenário de formação das localidades ajuda no entendimento do desenvolvimento da região, os costumes, a cultura, a maneira como cada cidade se comporta. Sendo assim, Lamas (2000) coloca como necessário o entendimento de dois campos: o primeiro relacionado no âmbito cultural e histórico conectando-se as técnicas utilizadas no passado envolvendo o progresso das cidades, atualmente esse conhecimento serve como material para o trabalho de arquitetos e urbanistas; em segundo, a forma da cidade como meio motivador da forma de vida de uma certa comunidade, propiciando ao urbanista um objeto de estudo a partir da configuração urbana.

No desenvolvimento histórico e cultural, observa-se então, as técnicas utilizadas para solucionar as necessidades de saneamento básico. Essas, ao longo da história, também passaram por transformações e aperfeiçoamentos. Dessa maneira, no livro “Infra-estrutura urbana”, os autores contam que a origem das redes de infraestrutura são datadas desde a evolução das cidades. Esse serviço tem acompanhando o desenvolvimento das civilizações em suas diferentes fases até a contemporaneidade, sendo considerada como “parte essencial das cidades” (MASCARÓ; YOSHINAGA. 2005).

2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

Em tecnologia da construção revisou-se o desenvolvimento da obra desde a locação e organização até ao acabamento. Ripper (1995) coloca que a maneira de adquirir os materiais na obra determina a qualidade da edificação. Segundo o autor é preciso ficar atento com as especificações de normas e qualidade dos materiais recebidos, sendo de responsabilidade do encarregado fiscalizar e observar esses detalhes, pois materiais de má qualidade podem inclusive elevar os gastos com a edificação.

Para Azeredo (1977) o canteiro de obras é organizado de acordo com as necessidades previstas. Levando em consideração as atividades que ocorrerão no canteiro, em todas as etapas, devem-se conceber as instalações de água e energia elétrica, organização das áreas para destinar materiais, construções (escritório, alojamento), sanitários, a distribuição de máquinas, circulação e trabalhos diversos.

Nas edificações Rebello (2000) explica que a estrutura é como um “conjunto de elementos” (lajes, vigas, pilares) esses elementos se inter-relacionam para propiciar um local para as pessoas desenvolverem as suas funções. Sobre locação dos pilares, destacam-se duas ideias colocadas por Rebello (2000): primeiramente, o autor pontua que os pilares mantenham a mesma posição da fundação até a cobertura, evitando o uso de vigas de transição; outra questão é locar os pilares nos encontros das vigas para evitar o apoio de viga sobre viga, o que aumentaria as dimensões da mesma.

Nos canteiros de obra podemos observar a utilização do concreto em quantidade considerável. Um dos motivos é devido a flexibilidade que o concreto permite, possibilitando a execução de uma diversidade de formas (MEHTA). Segundo autor o concreto estrutural leve é composto por “agregados leves celulares” diminuindo seu peso em dois terços do concreto composto por agregados convencionais.

Sobre instalações prediais Azevedo Netto (1998) coloca quatro tipos de instalações prediais para água fria, sendo: distribuição direta, quando as torneiras e equipamentos do prédio são alimentados diretamente pela rede pública de abastecimento; distribuição indireta, quando há um reservatório que alimenta as torneiras e equipamentos; misto, utilizando a distribuição direta e indireta e o hidropneumático, não sendo necessário um reservatório superior, o fornecimento de água se dá por um conjunto hidropneumático que controla a pressão da água.

Frota e Schifer apontam como um dos objetivos da arquitetura é propiciar ambientes que atendam ao conforto humano independentemente das condições da localidade. Dessa

forma, para impedir que o ambiente receba muito calor é necessário proteger a edificação das radiações solares. Além disso, Corbella e Yannas (2003) colocam que a distribuição dos ambientes e a atenção com o movimento solar são maneiras de um projetista controlar a incidência de radiação solar.

Juntamente com a preocupação com o controle da incidência solar na edificação outra forma de favorecer o conforto interno, segundo Frota e Shifer, é com a ventilação, pois em regiões de clima quente e úmido e também o clima temperado, a ventilação possibilita uma higienização dos espaços com a renovação do ar e, por movimentar os ar, auxilia com o conforto térmico.

A diferença de incidência solar entre os hemisférios é outro ponto a ser considerado. Nas fachadas envidraçadas na Europa e América do Norte, devido ao céu pouco luminoso esse tipo de fachada permite a entrada de luz e troca de calor contribuindo para o conforto térmico. Nas regiões tropicais devido ao céu ser bem luminoso “áreas pequenas, protegidas da radiação solar direta”, já são satisfatórias para se obter um bom conforto visual (CORBELLA; YANNAS, 2003).

Assim, de acordo com Corbella e Yannas (2003) o propósito da arquitetura bioclimática é propiciar ambientes confortáveis de acordo com a localidade em que estão inseridos, visando diminuir dispêndios com energia e uso de aparelhos elétricos com menor potência.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO:

Este capítulo apresentará a evolução da concepção de Patrimônio Histórico e Cultural, abordando desde a origem do termo, quando era relacionado a propriedade pelos romanos até a atualidade. Por meio do estudo da semiótica será apresentado a semiose, processo de formação do significado de Peirce, como meio de formação do entendimento da relevância dos signos, aqui representados pelos monumentos históricos. Apresentando também o princípio dos estudos e teorias sobre o que seria patrimônio e a noção da importância que esses bens representam para a sociedade.

3.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Segundo Funari, Pelegrini (2006) patrimônio tem sua origem relacionada com o direito da propriedade, no sentido privado e de interesses aristocráticos entre os romanos. Era uma transmissão de bens relacionados às elites, detentora de propriedades, daquilo que consideravam ser *patrimonium*. Dessa forma, a maioria dos habitantes de Roma não possuía patrimônio por não serem proprietários nem de terras nem escravos. A ideia de patrimônio coletivo só foi surgir na Idade Média com a propagação do cristianismo. A difusão da religião incorporou, além dos atributos aristocráticos, o religioso. Esse fato deu importância as relíquias e ao culto aos santos gerando um sentido as pessoas não pertencentes à elite, de um patrimônio próprio, não ficando reservado apenas aos detentores de poder.

O conceito atual de patrimônio surgiu na França, no século XVIII, com a Revolução Francesa quando é estabelecida uma nova ordem política, dando ao povo uma nova nação e uma percepção de nacionalidade com a difusão do idioma nacional - francês (antes falado apenas pela elite) - por meio das escolas. Assim, com o aprendizado da língua, o povo também aprendia que possuíam uma origem comum. Com a principal ferramenta para difundir o entendimento de nação, com uma origem, idioma e território, a escola foi protagonista para se promover a unificação e sentimento de pertencimento a um território, transcendendo a concepção de patrimônio privado e religioso para um patrimônio relacionado a nacionalidade (TORELLY, 2012; FUNARI, PELEGRINI, 2006).

Esse patrimônio relacionado a nacionalidade são monumentos, objetos que testemunham histórias do passado (POULOT, 2009). Varas (1999) coloca como pertencente ao patrimônio cultural todos os materiais deixados pela humanidade no decorrer da história. Esses materiais, segundo o autor, demonstram o desenvolvimento das atividades e a presença do homem em outras épocas.

Com a noção de patrimônio e o que ele representa para a humanidade, estudos mais aprofundados e filosóficos começaram então a aparecer. Segundo Choay (2001), Alois Riegl (1858-1905) faz então um trabalho reflexivo sobre o entendimento a cerca de monumento histórico. Por sua formação como jurista, historiador e filósofo Riegl estava preparado para discorrer sobre o assunto, além de contar com a experiência obtida durante a época que trabalhou como conservador de museu.

De acordo com Varas (1999, pág. 38) a reflexão feita por Alois Riegl, apresenta um pensamento sobre a percepção em relação ao monumento histórico, indicando como

determinante para a preservação e restauração dos monumentos a relevância representada na sociedade em que está inserida.

No Brasil, Fonseca (2005) diz que a questão do patrimônio só começou a ser estudada, envolvendo a política e o Estado, na década de 1920. Somente a partir desse momento é que aparecem os cuidados em proteger os monumentos, artefatos dentre outros objetos e costumes deixados pelas gerações passadas.

Em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378 assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, é criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em todo o território brasileiro, cabe ao IPHAN identificar, restaurar, fiscalizar e proteger os bens culturais pertencentes à nação, tendo em cada Estado uma superintendência responsável que responde pela região (IPHAN).
que modo o fazem”.

3.2 SEMIÓTICA

Para buscar compreender os significados inerentes a arquitetura, estuda-se os conceitos relacionados à semiótica. Santaella (1983) diz que “o nome Semiótica vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo. Semiótica é a ciência dos signos.” Esses signos estão relacionados com a linguagem – com todas as formas de linguagem – e não somente com “a língua falada”. Há, portanto, a existência da linguagem verbal e a não verbal, a primeira sendo objeto de estudo da linguística e a segunda da semiótica.

Os sistemas de signos são estudados pela semiologia levando em consideração todos os fenômenos da sociedade. Esses fenômenos, a cultura gerada pela sociedade, é considerada como um sistema de signos capazes de comunicar algo. Levando em consideração que a arquitetura não “fala”, esse tem sido um campo desafiador para o estudo dessa área. Pois, supostamente a arquitetura não comunica, não foi feita para isso; no entanto, expressam, comunicam algo. A arquitetura nos comunica, por exemplo, quando vemos uma escada, subentende-se que se usará a mesma para subir, assim como o teto comunica como função cobrir, proteger (ECO, 2003).

Os signos na arquitetura, considerando seu espaço físico, expressam suas possíveis funções por meio de convenções (ECO, 2004). Considerando as funções na arquitetura, ao autor, classifica dois tipos de funções: a primeira referindo-se a “tradição funcionalista” como andar, subir, viver junto, etc. Como segunda refere-se a classificação dada pela História das artes classificando os “valores simbólicos” da Arquitetura. Dessa forma, explica que uma

catedral gótica além de apresentar a função primeira (estar junto, rezar), apresenta também a função segunda, comunicando princípios como a “elevação ao céu”, “difusão da luz como símbolo da presença divina”. Em vista disso, Nesbit (2006) e Barthes (2006) apontam que “os signos denotam funções primárias e conotam funções secundárias¹”.

Pignatari (2004) relaciona o significado da arquitetura originando-se:

“do confronto entre repertório do emissor, ou de seu interpretante, corporificado na mensagem, e o repertório do receptor (confronto histórico e dialético, que permanece, mesmo depois que os emissores e receptores originais já tenham desaparecido há séculos ou milênios) que flui o significado da arquitetura. (PIGNATARI, 2004, pág. 156)

Desse modo, com o entendimento sobre o conceito de semiótica, seu campo de estudo, a compreensão de que a arquitetura, desde grandes obras a pequenos jardins, pode representar uma função ou ter um significado, capaz de transmitir um comunicado, é preciso entender como ocorre o processo de significação.

3.2.1 A semiótica Peirceana

Charles Sender Peirce (1839-1914) é graduado em química pela Universidade de Harvard, além de química, Pierce ainda contribuiu em outras áreas como psicologia, matemática e filosofia (WANNER, 2010). Dessa forma a obra de Pierce, segundo Santaella (2004), é complexa e vasta, dedicando-se a várias áreas do conhecimento.

Fundamentada pela fenomenologia² a semiótica busca compreender como os fenômenos se retratam na mente, com isso, os estudos de Pierce o levaram a classificação do fenômeno em três categorias: “primeiridade”, “secundidade” e “terceiridade” (MELO, MELO, 2015).

A “primeiridade” Melo, Melo (2015) definem em uma palavra como o “sentir”; por Feiber (2008) é “o sentimento imediato das coisas e que não encontra referência nos demais fenômenos do universo”, nesse momento não apresenta uma reflexão.

A “secundidade” é definida por Melo, Melo (2015) como o “reagir”; segundo Feiber (2008) apoiando-se em comparações e referenciais, é a associação de dois fenômenos de acordo com os conhecimentos adquiridos, porém ainda sem interpretação.

¹ De um signo denotativo pode-se dizer que ele veicula o primeiro significado derivado do relacionamento entre um signo e seu objeto. Já o signo conotativo põe em evidência significados segundos que vêm agregar-se ao primeiro naquela mesma relação signo/objeto. Extraído de: NETTO, J. T. C. **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

² A fenomenologia, definida inicialmente por Edmund Husserl (1859-1938) como uma investigação sistemática da consciência e seus objetos. Extraído de: SCHULZ, C. N. **O fenômeno do Lugar**. In: NESBITT (org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. Trad. V. Pereira. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

A “terceiridade”, o pensar, de acordo com Melo, Melo (2015), é conforme Feiber (2008) o envolvimento de um terceiro em relação ao fenômeno, é onde encontra-se a “memória, o hábito, as situações de continuidade, de comunicação e representação”, desenvolvendo-se o processo de significação.

Pierce (2000) afirma que “um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém.” Volta-se para alguém, ou seja, produz na mente desse indivíduo um signo análogo ou mais avançado. A esse signo formado na mente da pessoa Pierce denomina de “interpretante do primeiro signo”. Define o signo como representante de algo, caracterizado como Objeto³. Essas três categorias, segundo Netto (1980) – *representâmen*, interpretante e objeto – formam a “relação tríadica” do signo.

Na semiose, conforme Eco (2004), ‘[...] o estímulo é um signo que, para poder produzir a resposta, deve ser mediado por um terceiro elemento (chamemo-lo “interpretante”, “significado”, “reportação ao código”...) que permite ao signo representar seu objeto para o destinatário’.

3.2.2 Semiótica e o Patrimônio

Como visto na semiótica Peirceana, o signo representa um objeto e depende de um “interpretante” para codificar o significado representado pela materialidade do signo em relação ao objeto. Segundo Joly (2007), esse signo é composto por uma materialidade que pode ser identificada por um ou todos os sentidos (visão, olfato, paladar, tato e audição). O “*representâmen*” como sendo aquilo que “representa algo para alguém”, pode ser relacionado, de acordo com Feiber (2008), ao patrimônio que remete uma linguagem particular que será compreendida pelo “interpretante” caracterizado pelo destinatário.

Essa linguagem particular representada no patrimônio é transmitida por gerações, conservando os conhecimentos culturais característicos da história de cada localidade. Esses conhecimentos, referências conectam os indivíduos aos seus antepassados e serão, conseqüentemente, transmitidas as gerações futuras (FLORÊNCIO et al, 2016).

Essa compreensão a respeito do significado relacionado aos monumentos e bens históricos, são laços criados ao longo do tempo. Feiber (2008) diz que:

Por meio de um processo de conscientização, a memória ganha o seu sentido. Para que se possa recordar um conteúdo, é necessário que a memória não seja simplesmente compreendida como uma ação repetitiva, mas como uma

³ O objeto é aquilo que determina o signo e que o signo representa. Extraído de SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

interiorização dos fatos históricos pela consciência formando uma união entre a face material (exterior) e as idéias (sic) e emoções (interior) (FEIBER, 2008, pág. 47).

Esse processo de conscientização do patrimônio cultural, muitas vezes, está tão enraizado na vida das pessoas, que sentiriam dificuldade em explicar o motivo pelo qual sentiriam a falta caso perdessem aquele bem. Essa bem pode estar relacionado desde a forma como uma comida é feita, a paisagem de um bairro, ou até uma brincadeira (FLORÊNCIO et al, 2016). A formação da memória determina um papel social relevante, pois, ainda que não existam materiais escritos, ela é capaz de retratar saberes com base nos objetos marcados pelos acontecimentos (GUZZO). Memória “é a imagem viva de tempos passados ou presentes”. Os formadores do patrimônio, representados pelos bens, restituem a memória, por meio dos seus ícones, tornando possível a interação entre passado e presente, construindo uma identidade de um povo através dos conhecimentos transferidos (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008; PACHECO, 2010).

A manifestação da nacionalidade é representada, de acordo com Lygia (2002), pela relevância demonstrada pelo povo ao patrimônio histórico e artístico, por meio de constituições, com o entendimento a cerca da importância representada pelo bem e zelo manifestado. De acordo com a autora associações têm procurado fazer com que as sociedades, tanto as mais antigas como as mais novas, conscientizem-se a respeito do significado das heranças deixadas pelos antepassados. Ressaltando que esse significado se fortalece à medida que suas raízes são mais aprofundadas.

3.3 TEORIAS DO RESTAURO

Neste capítulo serão apresentados alguns teóricos pertinentes à restauração. Buscando compreender como cada um pensava sobre o que seria correto fazer com edificações históricas pertencentes ao Patrimônio Histórico e Cultural.

Um dos primeiros teóricos é John Ruskin que viveu na Inglaterra, século XIX durante o período Vitoriano, sendo um crítico da arte inglesa (AMARAL, 2010). De acordo com Oliveira (2007) para Ruskin as técnicas e formas construtivas das edificações eram consideradas o maior bem deixado às gerações futuras, sendo o fator responsável pela ligação de afeto com o local construído devido aos “bens” herdados. O autor ainda coloca a importância dada por Ruskin a Arquitetura por perpetuar grande relevância de significação histórica e cultural.

John Ruskin (2008) diz que podemos viver e orar sem a Arquitetura, porém não podemos “rememorar” sem a mesma. Considerando fria e sem vida a história quando

comparada ao que a sociedade escreve e ao que o “mármore incorruptível ontenta!”. Ainda coloca: “é bom ter ao alcance não apenas o que os homens pensaram e sentiram, mas o que suas mãos manusearam, e sua força forjou, e seus olhos contemplaram [...]”.

Costa (2005) coloca que o ideal para John Ruskin em relação à restauração era deixar a obra morrer quando fosse o tempo dela, sendo apenas permitido tomar cuidados e ter atenção com a edificação.

Para Viollet-le-Duc (2000), “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. Essa teoria, segundo Choay (2001) quando comparada com a de Ruskin apresentam pontos contrários, pois este prega o antiintervencionismo e aquele o intervencionismo.

Beatriz M. Kühl fala sobre a repercussão das teorias de Viollet le Duc em restaurações na Áustria, marcadas pelas obras refeitas e complementadas, pretendendo chegar a uma condição completa e as vezes, irreal (VIOULET-LE-DUC, 2000), sendo intervenções características das teorias de Viollet-leDuc.

Na Itália aparecem as teorias de Camillo Boito, século XIX. No início da carreira como restaurador seguiu os passos de Viollet le Duc e, somente tempo depois, redigiria textos independentes defendendo a mínima interferência para o restauro. As ideias de John Ruskin também influenciaram as teorias de Boito que compartilhava o propósito de manter a originalidade dos materiais (BOITO, 2002).

Segundo Kühl (1998), Camillo Boito considerava os monumentos “como documentos da história da civilização”, defendia ainda que alterações e anexos acrescidos com o passar do tempo deveriam ser preservados, dessa forma conservava-se as marcas deixadas em cada momento histórico. De acordo com a autora, as intervenções, feitas somente se fossem necessárias, deveriam se diferenciar do original, sendo documentadas e identificadas conforme os processos utilizados.

Para Boito (2002), conservar e restaurar são ações diferentes, considerando até mesmo que uma é o oposto da outra. Salienta essa observação não para os conservadores, a quem ele considera serem pessoas dignas e necessárias, mas, para os restauradores considerando-os “quase sempre supérfluos e perigosos”. Constata essa afirmação declarando que a restauração, quando bem sucedida, é como uma mentira, seria uma alteração da veracidade do passado.

Assim, Boito (2002, pág. 60,61) conclui sobre o necessário para restaurações arquitetônicas:

- 1º É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco;
 2º É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje.

Cesare Brandi, século XX, Itália, apresenta como conceito amplo sobre restauração, denominando assim, toda ação que promovesse outra vez atividades humanas. Brandi acredita que deve existir um reconhecimento direto relacionado a obra como ela é definindo a restauração de forma mais específica como: “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004).

Carbonara (2006) diz que a localidade onde a obra está inserida, o que dissemina e assegura a preservação, a estabilidade material do monumento, é um dos fundamentos de restauração primordiais para Brandi.

3.4 TIPOS DE INTERVENÇÃO

No passado, utilizaram-se algumas medidas com o intuito de preservar edificações relevantes para a sociedade. No século XIX, inicia-se uma organização estruturada em relação ao patrimônio cultural. Porém somente no século XX seriam adotadas e colocadas em prática atitudes e legislações em relação ao patrimônio. Feita em 1931, a Carta de Atenas aborda normas e condutas, de forma racionalizada, com o propósito de preservar e conservar construções. Com o passar do tempo e com o progresso na concepção sobre a preservação do patrimônio outras regulamentações foram sendo feitas para tratar de forma mais criteriosa alguns aspectos que possam ter ficado vagos em normativas anteriores. Essas normativas e regulamentações ficaram conhecidas como Cartas Patrimoniais (PARANÁ).

De acordo com Braga (2003) qualquer interferência feita em um monumento ou objeto, com o intuito de resguardá-lo, assegurando a relevância histórica, artística, cultural e estética, sendo direta ou indireta, é referente à conservação e restauração. Para auxiliar nas ações de conservação e restauro as Cartas Patrimoniais - Carta de Veneza 1964 (Ver anexo A) e Carta do Restauro (Ver anexo B) – apresentam informações e definições a serem respeitadas no tratamento de monumentos e obras de arte.

A restauração tem como objetivo, segundo Braga (2003), restituir às propriedades originais dos monumentos, recuperando falhas, preenchendo espaços faltantes, devolvendo à edificação a aparência que tinha. Os projetos de restauro contemplam desde o início, com as pesquisas e projetos, que uso será dado à edificação, acompanhando até o momento em que a obra é ocupada novamente (NAJJAR; DUARTE, 2002).

Braga (2003) define conservação como a ação necessária para assegurar aos monumentos seus aspectos estéticos, estruturais e físicos. Para propiciar uma vida mais longa às construções – que com o passar do tempo envelhecem, sofrem com vandalismo e outros danos que possam aparecer - tem-se a ciência que, aliada aos avanços tecnológicos, possibilitam diagnosticar problemas e ações terapêuticas que auxiliam na conservação. De acordo com Najjar; Duarte (2002) as ações de conservação são caracterizadas por causarem menos impactos, quando comparado a restauração.

Mendes (2005) considera benéfico para as atividades referentes aos profissionais da preservação e de história da arte, uma colaboração entre ambos. Pois nos dois casos, o objeto de estudo de cada profissional explora tanto a questão histórica como a estética da obra de arte. O conhecimento relacionado a essa obra de arte, é segundo a autora, determinante para a sua preservação, dessa forma, visando tanto a conservação como a restauração desses que “testemunham o passado histórico”.

Sendo assim, Mendes (2005) afirma:

É impossível tratar de uma obra sem o conhecimento de seu valor intrínseco ou das razões que levaram à sua criação. Deve-se estudar de maneira exaustiva a solução formal, o seu conteúdo temático, as condições históricas em que ela apareceu, apoiando-se na investigação documental. É através da conjugação dos conhecimentos de como e por que uma obra de arte foi elaborada que podemos intervir em sua estrutura para preservá-la. O conhecimento intrínseco corresponde não só a seus elementos estéticos-formais, mas também aos aspectos materiais de sua execução, ou seja, aos processos e as técnicas utilizados pelo artista no ato criativo. (MENDES, 2005, pág. 399)

Algumas obras antigas após serem restauradas recebem um novo uso, diferente ao que era originalmente. Essa adaptação é conhecida como retrofit que, segundo (), “retro”, do latim, significa movimentar-se para trás e fit, do inglês, adaptação, ajuste’, é um termo utilizado na área de engenharia e arquitetura quando materiais de tecnologia mais recentes são utilizados para prolongar a vida de uma edificação antiga, melhorias no conforto e funcionalidade (BARRIENTOS, 2004; MORAES, QUELHAS, 2011). Braga (2003) também nomeia essa intervenção como “reciclagem ou reabilitação”, caracterizando como um processo de readaptação do espaço existente com o intuito de comportar uma nova atividade. Esse tipo de intervenção é permitida pela Carta de Restauro em seu Artigo 7º: “5- nova ambientação ou instalação da obra, quando já não existirem ou houverem sido destruídas a ambientação ou instalação tradicionais, ou quando as condições de conservação exigirem sua transferência”.

3.5 ARQUITETURA VERNACULAR

O movimento migratório dos nossos antepassados, segundo Roaf (2009), foi um fator importante, pois à medida que foram se deslocando das “estepes temperadas da África” em direção ao norte, a vestimenta passou a ser mais grossa. Dessa forma, considerada como uma “terceira pele” pelo autor, ele aponta que essas circunstâncias, também culminaram com a necessidade de adaptação das moradias às condições climáticas e o aproveitamento dos materiais encontrados no local para a construção das casas.

As técnicas e materiais utilizados no passado testemunham a forma como viviam, como se adaptavam, ao local. Keeler (2010) diz que “as técnicas de construção alternativas refletem as mãos que moldaram, e, por essa razão, costumam ser vistas como estruturas rudimentares construídas devido à necessidade de usar os materiais disponíveis no local”.

Essas construções feitas com materiais encontrados na localidade em que está inserida, refere-se como arquitetura vernacular. Kristal (2011) aponta arquitetura vernacular e suas formas como um resultado de expressões e costumes, levando em consideração o que essa edificação concebe e quais necessidades ela atende. Pois, segundo o autor, ela é feita pelas pessoas objetivando sanar as necessidades do dia a dia.

A origem da palavra vernacular está ligada a Roma Antiga, na época “verna” se referia ao local onde os escravos haviam nascido, seu país de origem, sendo “natural” daquele lugar. Ademais, “vernaculus”, na origem latina, obtém igual sentido, dessa forma, Faria (2011) define arquitetura vernacular como aquela procedente de uma localidade.

Assim, relacionando a arquitetura vernacular quanto a sua projetualidade e responsabilidade técnica de um profissional da área da construção civil, Takamatsu (2014) dá como resposta positiva ao seu questionamento sobre a arquitetura vernacular ser aquela que não possui um profissional arquiteto. Porém destaca a reprodução das “pessoas comuns” como marcas ricas deixadas nesse tipo de arquitetura. De acordo com a autora, ao citar os estudos feitos por Carter e Cromley sobre o assunto, destaca que:

“[...] o estudo da arquitetura vernacular é parte de um amplo campo de conhecimentos que envolve os estudos da cultura material. Este campo estaria definido como o segmento do ambiente físico (humano) que é propositadamente projetado de acordo com os ditames culturais.” (TAKAMATSU, 2014, pág. 21)

No Brasil, no início da colonização, as edificações eram construídas tendo como base as construções de Portugal. Quanto às opções construtivas, pode-se citar dois fatores determinantes: “o determinismo geográfico” utilizando materiais encontrados no local, e a

contribuição de várias culturas pertencentes a trabalhadores livres, mestre de obras, juntamente com técnicas oriundas de pessoas africanas e indígenas (MENDES, 2011).

Esse determinismo geográfico definiria o material e a técnica a ser utilizada para as edificações. Como exemplo de técnica, pode-se citar o pau a pique, paredes autoportantes de pedra, tijolos de barro, adobe e a taipa de pilão (MENDES, 2011). Dessa forma, no período colonial as casas que ficavam no litoral possuíam pedra e cal disponíveis para as construções, no entanto, mais para o interior, não possuía tanta pedra e a cal era inexistente, a alternativa encontrada para as construções nesse local foi a utilização da taipa de pilão, tanto que São Paulo ficou conhecida como o “Império das Taipas” (AUGUSTO, 2010; LEMOS, 1993; MAYUMI, 2005).

Atualmente, esses métodos estão sendo estudados não somente como algo do passado. De acordo com Patidar; Raghuwanshi (2016) as técnicas vernaculares norteiam as técnicas para construções sustentáveis. Dessa maneira, para o autor, essas técnicas servem como um caminho para um design sustentável tendo a integração entre os aprendizados com as técnicas vernaculares e a modernidade.

4 TURISMO

Neste capítulo será discutida a procura por áreas rurais como destino de escolha para a prática do turismo. Pontuando alguns fatores que contribuem no momento de escolha do destino de férias, ou para descansar em um feriado, final de semana. Além disso, também apresenta o lado daqueles que moram em áreas rurais e recebem os visitantes a procura de novas experiências e descobertas sobre seu passado.

4.1 TURISMO EM ÁREAS RURAIS

A procura por turismo em áreas rurais está ligada a composição dessa paisagem por compreender espaços naturais, atividades relacionadas ao local, como a agropecuária, e ao patrimônio cultural (SEABRA, 2012). O autor descreve as características do turismo rural com “estruturas campesinas, rústicas e rudimentares” possibilitando aos turistas um momento de relação com a natureza e com o modo de vida no campo. Dessa forma, Seabra (2012) diz que para complementar o ambiente são adicionados locais para lazer, quartos para hospedagem, restaurantes, e revitalização dos caminhos para facilitar o acesso de turistas.

A procura por locais rurais como destino de viagens de férias ou descanso é justificado devido ao estresse, barulho, falta de tranquilidade e qualidade de vida presente nos centros urbanos (MOURA, 2003; FERREIRA, AGUIAR, PINTO, 2012) . Quase como um refúgio, o

“homem da cidade” procura locais mais campestres e litorâneos como um meio de fuga das correrias do dia a dia e obrigações do trabalho. Além disso, os produtores rurais veem no turismo uma forma de diversificação da fonte de renda ofertando serviços de hospedagem, venda dos produtos cultivados e fabricados no local, dessa forma, com qualidade e melhor preço o produtor rural obtém mais uma maneira de acrescentar na renda familiar (DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL).

Em locais com sítios históricos pode-se perceber todo o processo histórico pelo qual as pessoas que viviam na localidade passaram, deixando esses acontecimentos e costumes, desde práticas religiosas a construções linguísticas, “impressos” na arquitetura e em artefatos deixados (PORTUGUEZ, 2004). Além de servir como fuga de centros urbanos, como diz Moura (2003), Portuguese (2004) diz que o sentido em utilizar uma área arquitetônica histórica para fins de turismo permite uma volta ao passado, possibilitando um contato físico e emocional com objetos que refletem o passado, dando sentido aos acontecimentos da vida, da história. Sendo apenas alguns fatores para justificar o turismo em áreas antigas, Portuguese (2004) ainda complementa:

[...] os sítios históricos, com suas formas arquitetônicas, sua cultura, suas manifestações estéticas e muitas outras categorias de materialização do/no lugar, só podem ser vivenciados *in loco*, ou seja, por mais que se reproduzam lugares com a evolução da técnica, da informação e da engenharia, o ato de *estar* efetivamente em um dado lugar é um elemento de grande valor simbólico que atribui novos valores e usos para ambientes muito específicos, onde ruínas, construções, cavernas, ruas e casas ganham sentidos emocionais que fortalecem suas identidades (PORTUGUEZ, 2004, pág. 5)

A identidade turística territorial, representada por artefatos, paisagens, na representatividade do patrimônio cultural, atualmente, tem passado por um processo de valorização. O urbanismo, no planejamento do território, dentro dos princípios da sociedade, ajuda a compreender como aquele local tem valorizado e organizado o turismo patrimonial, como afirmação da “concepção de espaço geográfico como portador de representações”. Pois, “a paisagem é sempre uma herança simbólica, patrimônio coletivo, continente de signos e significados historicamente localizados” (PAES, 2009).

Nesse contexto, o turismo rural tem demonstrado a procura pelo consumo não apenas de objetos, mas também, de paisagens onde há a reprodução de variedades de signos, cada qual com a sua valorização (MELLO, NETTO, 2016; CULLER, 1990).

5 CORRELATOS

Como intuito de buscar referências históricas e projetuais para o projeto do Sítio dos Fraga, buscou-se alguns correlatos que pudessem contribuir por seus aspectos similares

quanto a sua história, aspectos formais, técnicas construtivas ou de restauro, construções anexas, entre outros quesitos que possam contribuir com o projeto a ser proposto.

5.1 MUSEU DO PÃO

Localizado no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, o Museu do Pão é um dos seis moinhos do projeto “Caminho dos moinhos” (Figura 01). Esse projeto conta com o patrocínio da multinacional Nestlé e foi proposta pela Associação dos Amigos dos Moinhos do Alto Vale do Taquari e outras empresas e entidades, com o intuito de promover o turismo na localidade (ANTICOLI, 2016).

Figura 1: Mapa com a localização dos moinhos e desenho encontrado na parede de uma casa que iria ser restaurada.



Fonte 01: FERRAZ e NELSON KON, respectivamente, retirado de ANTICOLI, 2016.

Os moinhos localizados na região da cidade de Ilópolis-RS, são construções que representam as técnicas para obtenção de energia nas atividades exercidas na época, como moer grãos, técnicas para os ofícios da marcenaria e serrarias, entre outras atividades. Essas construções feitas em madeira são características da colonização italiana na região, representando os conhecimentos daqueles imigrantes em relação as técnicas construtivas e o modo de vida da época (NAHAS, 2008; ANTICOLI, 2006).

Escolhido para receber a Escola de Panificação e o Museu do Pão, Anticoli (2006) aponta o Moinho Colonial Colognese como o mais antigo, datando de 1910. A arquitetura do moinho, segundo autor, “relacionava-se com seu entorno [...] em geral é modesta, popular e sem requintes”, porém, apesar da simplicidade, o autor destaca “o vasto saber construtivo especialmente em técnicas de carpintaria [...]”.

A restauração e preservação do Moinho Colongnese proporciona o enriquecimento da história da localidade (PACHALSKI, 2012). Preservar o moinho é uma forma de destacar a cultura e manter viva a memória daquela localidade para gerações futuras, dando um “sentido de Lugar à região em que se instala” (SILVA, PEREIRA, PEREIRA).

Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci foram os arquitetos responsáveis pela elaboração do projeto de restauro e anexos do Museu do Pão (Figura 02), além de elaborar o caminho dos moinhos. O objetivo do projeto era fazer com que os maquinários voltassem a funcionar testemunhando as atividades abrigadas pela edificação, tornando o moinho “um museu de si mesmo” (NAHAS, 2008).

Figura02: Implantação com o Moinho e anexos - 1. Museu do Pão; 2. Escola de Panificação; 3. Moinho; 4. Bodega/ Bar.



Fonte 02: Brasil Arquitetura, modificado pela autora.

Segundo Pachalski (2012), “o museu é composto por dois grupos de programas que se complementam: programa cultural expositivo e de oficinas”. Quanto à forma das edificações novas (Figura 03) o autor descreve como “um paralelogramo retangular, no qual o comprimento é sensivelmente maior que a largura”. E ainda, retrata o Moinho com “uma configuração geométrica mais quadrada, na qual a largura é semelhante ao comprimento”, este possuindo três pavimentos e as construções novas apenas um pavimento com alturas parecidas.

Figura03: Museu do Pão



Fonte 03: Brasil Arquitetura.

5.2 DESI CENTRE – ANNA HERINGER

A arquiteta alemã Anna Heringer, ficou conhecida por suas obras em Bangladesh com características artesanais e bioclimáticas, dedicando-se a uma arquitetura envolvendo o social e a sustentabilidade. Ficou reconhecida nacionalmente após o projeto da escola METI (Modern Education and training Institute) em Bangladesh, tendo a participação de Eike Rosweg, inicialmente esse projeto era o trabalho para a conclusão do curso (DEJTIAR, 2017).

Os estudos de Anna Heringer, juntamente com Eike Rosweg, objetivaram promover uma mudança sustentável, valorizando os materiais locais com o intuito de reduzir o uso de materiais exportados que demandam grandes gastos de energia, causando impactos ao meio ambiente. Como uma possível solução para esse problema e observando as moradias dos bengalis (construídas com palha, bambu, barro), concluíram que o melhor a ser feito seria aperfeiçoar as técnicas vernaculares daquela localidade e tornando-as mais duradouras (HORTA, 2009).

Para a execução do projeto METI, a mão de obra utilizada foi a local, com ajuda de construtores, artesãos, professores, pessoas da própria região possibilitando assim, com o aprendizado, a continuação das técnicas. Pois perceberam era preciso que os conhecimentos fossem transmitidos para que fosse possível replicá-lo futuramente. O projeto da escola METI, não foi o único a utilizar essa técnica, posteriormente, Anna e Eike projetariam a escola DESI (HORTA, 2009).

O projeto DESI (Dipshikha Electrical Skill Improvement) foi feito para ser uma escola com cursos voltados para a elétrica (Figura 04). Comportando dois escritórios, duas salas de aula e duas residências destinadas aos instrutores. Com um design vinculado ao contexto rural e cultural (IMAGEM), considerado com uma nova interpretação das casas tradicionais de

Bangladesh, a edificação foi projetada para atender todas as atividades relacionadas ao viver, dia a dia, e ao trabalho (HERINGER).

Figura 04: Fachada DESI Center.



Fonte 04: Anna Heringer.

Sobre a construção de uma arquitetura sustentável utilizando-se de materiais locais Heringer coloca que criar uma casa feita pelas próprias mãos, nessas condições, é uma habilidade utilizada desde os tempos da pré-história. Porém a arquiteta alemã aponta como necessário retomar esses conhecimentos e práticas para possibilitar o acesso a residências sustentáveis e condições de vida a população. Dessa forma, Heringer faz alguns apontamentos sobre o uso dos recursos locais:

Using local resources to create good architecture with a positive, sustainable impact initially involves building up trust in these materials and increasing their appreciation. This can be achieved by taking great care in the development of the building, by creating a unique design, by applying logic to the functions and technical installations, by letting local inhabitants participate, and by giving the building concept true meaning⁴ (HERINGER, pág. 52).

Figura 2: Construção da escola DESI.



Fonte 3: Heringer.

⁴ Usando os recursos locais para criar uma arquitetura boa positiva, os impactos sustentáveis inicialmente envolvem a intensificação da veracidade desses materiais e o crescimento da apreciação. Isso pode ser alcançado mediante ao cuidado no desenvolvimento da construção, criando um design único, aplicando lógica para as funções e instalações técnicas, permitindo a população local participar, e proporcionando uma concepção da edificação um verdadeiro significado.

5.3 ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS

O desenvolvimento da tecnologia naval, astronômica e da comercialização, propiciou um crescimento ultramarino para Portugal (GEAMPAULO, 2013). Essa expansão, de acordo com Cordeiro (2007) ficou conhecida como “Grandes Navegações”. Inicialmente, quando chegaram ao Brasil, o interesse português estava voltado à extração de materiais oriundos das florestas. Essa política só seria modificada com as ameaças francesas, instigando assim, a criação por Portugal das capitanias hereditárias, consistindo na divisão do terreno que lhe pertencia de acordo com o Tratado de 1494, em lotes (CORDEIRO, 2007).

Na capitania de São Vicente, por volta de 1534, o donatário Martim Afonso de Souza manda construir o Engenho do Governador, como se chamava inicialmente o Engenho São Jorge dos Erasmos (GEAMPAULO, 2013; ANDRADE, 2009) fundando assim a primeira Vila no Brasil (KOK, 2011). A edificação do Engenho São Jorge dos Erasmos (Figura 05) – nome dado após a posse da família Shetz – representa, de acordo com Geampaulo (2013), a gênese da “indústria açucareira” no Brasil, voltada para a “grande produção no mundo americano”.

Figura 05: Possível utilização do Engenho São Jorge dos Erasmos.



Fonte 05: Monumento Nacional, Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Disponível em: <http://www.engenho.prceu.usp.br/projeto-de-restauro-e-adaptacao/>

Conforme Geampaulo (2013) o local onde está inserido o Engenho encontra-se em uma área estratégica para esse tipo de produção. Ab’Sáber (1999) descreve a região onde está implantado o Engenho São Jorge dos Erasmos:

Em uma síntese rápida, pode-se dizer que o local escolhido para a implantação do engenho era um anfiteatro dos rebordos do maciço, em que existiam baixos patamares embutidos, rasgados pelo riacho que descia rápido lá de cima, e, por fim, formava uma planície tipo “pé-de-serra”, em forma de um leque raso de aluviões. Esse era o quadro fisiográfico ecológico em que foi estabelecido o Engenho dos Erasmos (AB’SÁBER, 1999, pág. 14).

Essa condição de pé-de-serra criada pelos altos do morro, conforme Ab'Sáber (1999), propiciou um terreno fértil para a plantação da cana de açúcar, originando-se em uma pequena planície próxima a Serra o Mar.

Na edificação do Engenho ainda possuía a área residencial, administrativa e acomodações para escravos, as senzalas. Somente em 1950 é que se reconheceu a relevância representada pela construção, sendo descrita por Luís Saia, na época chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como “modelo açoriano, tipo real e movido à água”, sendo este o responsável pelo início do tombamento desse patrimônio em 1963 (BNDES).

O tipo real citado por Luís Saia é, segundo Geampaulo (2013), um aspecto dos engenhos encontrados na Ilha da Madeira, por funcionarem mediante um sistema de energia hidráulica, sendo possível graças a um riacho que passava próximo do Engenho auxiliando também no transporte do açúcar e da cana.

Como resultado de discussões a respeito da conservação e utilização consciente das Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos, há um projeto (Figura 06) para a construção de uma torre de observação e passarelas, possibilitando o acesso dos visitantes e o retorno das pesquisas que acontecem no local, proporcionando menos risco de danos no espaço e maior abertura para a população conhecer o local. Assim, com objetivo de conhecer a história que se passou no local e as modificações ao longo do tempo, há também, um projeto para shows utilizando-se de som e luz, projetando-se sobre as ruínas do engenho e narração ao mesmo tempo (BNDES).

Figura 06: Projeto da torre e passarelas.



Fonte 04: Monumento Nacional, Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. Disponível em: <http://www.engenho.prceu.usp.br/projeto-de-restauro-e-adaptacao/>

6 DIRETRIZES PROJETUAIS

Neste capítulo serão apresentadas as propostas projetuais de conservação e a construção de um anexo para o Sítio dos Fraga, localizado em Santa Catarina, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz – aproximadamente 40 km de Florianópolis. O objetivo do projeto é preservar a casa e o engenho, pertencente ao seu Paulo José de Fraga e a dona Maria de Lourdes Fraga, onde por muitos anos foi a moradia da família.

6.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO

No ano de 1494 o rei de Portugal, Dom João III, juntamente com Fernando e Isabel de Aragão, assinaram o Tratado de Tordesilhas, onde ficava estabelecido que a à faixa leste pertenceria a Portugal e, a oeste, para a Espanha. Essa divisão limitava o território catarinense, no sentido leste - oeste, em vinte quilômetros de largura e um litoral de trezentos quilômetros de norte a sul (Figura 07). A linha imaginária passava pelas cidades de Canelinha, Joinville, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, terminando em Laguna (SACHET, 1997).

Figura 03: Mapa de Santa Catarina dividido pelo Tratado de Tordesilhas.



Fonte07: SACHET, 1997.

Desde o Tratado de Tordesilhas até a chegada dos primeiros colonizadores, ocorreram mudanças para expandir o território catarinense. Dessa forma, mediante a necessidade de ocupar os locais territorialmente vazios, Santa Catarina começa a ser ocupada, definitivamente, no século XVII. Os primeiros locais fundados pelos bandeirantes paulistas foram primeiramente, em 1645, São Francisco do Sul, em 1651, Desterro (atual Florianópolis) e, em 1676, Laguna (CORRÊA, 1999).

De acordo com Souza (1980), D. João V abriu um edital em 1746, nas Ilhas Açorianas, para aqueles que gostariam de mudar para o Brasil. Segundo a autora, o Arquipélago passava por dificuldades econômicas, políticas e, além disso, a decorrência de atividades vulcânicas. Em 1748, então, é registrado a vinda dos açorianos para o litoral catarinense (SACHET, 1997; CORRÊA, 1999; FERREIRA, 2006; IPHAN). Trazendo toda a experiência da agricultura de subsistência, a armação e a pesca da baleia, estas últimas, consideradas as primeiras atividades econômicas organizadas no Estado (SACHET, 1997).

Em Santa Catarina os imigrantes açorianos fixaram-se nos lugares destinados para as famílias, esse fator colaborou com a continuação da cultura açoriana, como a religiosidade, crenças, lendas, as artes, artesanato, gastronomia, retratando a vida e os costumes que os imigrantes tinham em seu local de origem. Dentro das festividades religiosas característica pode-se citar a Festa do Divino Espírito Santo, ainda realizada anualmente (CLETISON; GUIA DOS AÇORES).

Na arquitetura, de acordo com Althoff, não há uma influência direta dos açorianos, primeiro pelo fato de possuírem características iguais as de Portugal (parte continental) e, segundo, pelo fato de existir registros de que as primeiras moradias construídas pelos açorianos foram feitas de pau a pique. Nos locais urbanos, a autora descreve que as edificações eram similares as construções portuguesas: testadas estreitas, casas construídas no alinhamento, casa térrea ou sobrado, telhado com duas águas (com a cumeeira paralela a rua), paredes caiadas em branco, janelas coloridas, dentre outras características da arquitetura portuguesa.

Outra característica construtiva dos açorianos, na ocupação rural, era a construção de engenhos. Ficavam próximos as casas, apresentando uma “arquitetura simples, e caracterizavam-se pela utilização de materiais perecíveis, pouco resistentes e rudimentares, sem qualquer preocupação com a beleza, mas sim com a funcionalidade”. Os engenhos funcionavam com a força animal ou tocados a roda d’água. ‘O “rancho”, como é denominado, apresenta partido retangular e cobertura em duas águas, como telhas cerâmicas capa e canal, cuja estrutura é em paus roliços’, apresentando alicerces de pedra, na maior parte dos casos (VIEIRA, 2008).

Os engenhos deixados pelos açorianos fazem parte da história do Estado e, atualmente, com os avanços tecnológicos estão desaparecendo aos poucos, de acordo com Dias, 2011:

Uma importante memória catarinense está se perdendo ou se transformando mais e mais a cada dia que passa – os tradicionais engenhos de farinha de mandioca e os de cana-de-açúcar estão desaparecendo e dando lugar a outros métodos de produção mais velozes e rentáveis (DIAS, 2011, pág. 22)

Sobre a importância representada pelos engenhos, Dias (2011) descreve as lembranças trazidas por essas edificações históricas:

As lembranças dos engenhos – as quais se imprimiram de maneira indelével na cultura dos descendentes dos açorianos – são evocativas de memórias de imagens e cheiros destes lugares. Dos engenhos de farinha, é possível recordar-se do cheiro acre de mandioca fermentando, das prensas enormes e enfileiradas apertando firmemente os fardos de tipiti com massa da mandioca, e dos homens cobertos do pó da farinha no momento de sua torrefação. Dos engenhos de cana, lembra-se do sabor da garapa doce, das abelhas revoando ao redor da moenda, do sulco cavado pelas voltas sem fim feitas pelo boi cangado, do cheiro do animal suado, e do som do rangido da cana sendo moída até a completa extração do seu sumo. (DIAS, 2011, pág. 25).

6.1.1 Contexto Histórico de Santo Amaro da Imperatriz

Localizada na bacia hidrográfica do rio Cubatão, a cidade de Santo Amaro da Imperatriz era coberta por mata até o final do século XVIII, os habitantes dessa localidade até então eram os indígenas Xokleng. Quando o homem branco veio para essa localidade e começou a tomar posse das terras descobriram as águas termais. Para garantir a posse dessa fonte de águas minerais, foram feitos regimentos proibindo o acesso dos indígenas, pioneiros no uso das águas termais (JOCHEM, 2005).

Com essa descoberta os interesses se voltaram para a região. Instalou-se no local o regimento da infantaria, a criação de um Hospital e do Patrimônio de Caldas do Cubatão, acentuando a necessidade de povoamento da localidade. Em 1812, já existiam grupos de famílias açorianas morando pelo Arraial do Cubatão oriundos das freguesias de São José e Enseada de Brito (JOCHEM, 2005).

Em 1838, com a inauguração da primeira igreja naquela localidade, Sant' Ana foi instituída como padroeira, ocasionando no mesmo ano, a modificação do nome do local de Arraial do Cubatão para Arraial de Sant' Ana do Cubatão. Em 1845, Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina, participaram da festa em homenagem a Sant' Ana (Figura 08). Dona Teresa Cristina ao visitar o Hospital de Caldas do Cubatão, em 1844, tornou-se a protetora da instituição colaborando com doações para as obras do hospital, assim, o bairro Caldas do Cubatão passou a chamar-se Caldas da Imperatriz, como permanece até os dias atuais (DERNER, 2004).

Figura 04: Visita de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina.



Fonte 08: JOCHEM, 2005.

Com o crescimento da população a igreja de Sant'Ana ficou pequena para a população, sendo necessário a construção de uma nova igreja que recebeu como padroeiro Santo Amaro, devido a uma imagem encontrada na região. Assim Sant' Ana do Cubatão passa a se chamar Santo Amaro do Cubatão, e em 1948, por meio de um abaixo assinado, Santo Amaro do Cubatão torna-se Santo Amaro da Imperatriz (DERNER, 2004).

O desenvolvimento e economia da cidade são característicos das características açorianas, apresentando caráter rural, a presença de engenhos de farinha, cana, e cachaça, e a religiosidade, onde até a atualidade é comemorado a Festa do Divino, sendo Santo Amaro da Imperatriz a cidade de referência da festa (SACHET, 1997; VIEIRA, 2008, DIAS, 2011).

6.1.2 Turismo em Santo Amaro da Imperatriz

O turismo é uma das principais atividades econômicas da cidade, com destaque no bairro Caldas da Imperatriz, onde encontra-se a empresa de rafting e hotéis (MAIA, 2006).

Em Caldas da Imperatriz, bairro de Santo Amaro da Imperatriz, fica localizado o Hotel Caldas da Imperatriz, que durante a visita a Sant' Ana, nome da cidade na época, D. Pedro II e Dona Teresa Cristina mandaram construir “um prédio com quartos e banheiras” que seriam destinados aos visitantes a procura de alívio para as dores (VIEIRA, 2008). Atualmente, o Hotel Caldas da Imperatriz é patrimônio histórico, conservando mobiliários e as banheiras de mármore Carrara doados pelo Imperador e pela Imperatriz, onde ainda é possível tomar banhos de banheira com as águas termais. (HOTEL CALDAS DA IMPERATRIZ).

6.1.3 Sítio dos Fraga

A arquitetura da roça, segundo Ferraz (1996) é caracterizada por uma arquitetura “anônima, espontânea ou vernacular”, não sendo uma novidade, pois é um tipo de edificação que pode ser encontrado em qualquer lugar do mundo. Porém, o autor destaca o que essa

arquitetura, ainda que para os “menos iniciados”, pode significar. Uma “arquitetura simples e despojada, porém sábia e engenhosa, [...]” possuindo relação com a paisagem ao seu redor, podendo ser até mesmo “fruto desta paisagem”.

Quanto ao homem da roça e a sua forma de construir, Lina Bo Bardi diz que “o homem do povo sabe construir, é arquiteto por intuição, não erra; quando constrói uma casa a constrói para suprir as exigências de sua vida; a harmonia de suas construções é harmonia natural das coisas não contaminadas pela cultura falsa, pela soberba e pelo dinheiro” (In FERRAZ, 1996, pág. 7).

Nesse contexto de “Arquitetura da Roça” é que se apresenta o Sítio dos Fraga. Construído pelo seu José Manuel Fraga e dona Cândida Fraga, por volta de 1940. De acordo com seu Paulo J. Fraga, filho de seu José e dona Cândida, quando o terreno foi comprado o engenho já estava no local e serviu de moradia enquanto a casa era construída (Figura 09).

Figura 09: Frente, lateral da casa, frente do engenho e moenda, respectivamente.



Fonte 09: Acervo da autora.

Para a construção da casa foram utilizados materiais disponíveis na localidade, como barro, madeira e melado produzido no engenho. Seu Graciliano Domingos Maximiano, 92 anos, que acompanhou a construção da casa na época, relata que seu José levou cerca de um ano fabricando os tijolos de barro (Figura 10), feitos com uma mistura de barro, melado e água, logo após a mistura era colocada em formas para secar.

Figura 10: Tijolos de barro aparentes e fundação.



Fonte 10: Acervo da autora.

Para a preparação do barro, seu Graciliano conta que era feito um buraco no chão, onde era colocada uma peça de engenho movida por dois bois que caminhavam em círculos pisoteando e misturando o barro.

A argamassa utilizada para assentar os tijolos também foi feita com uma mistura de barro, areia, cal e água, assim como o reboco. Para a pintura externa da casa, foi utilizada uma mistura de água de barro e melado. As divisórias internas, assoalho e aberturas da casa foram feitas em madeira (Figura 11), todas cortadas e lixadas a mão. A finalização da casa data, aproximadamente, no ano de 1948, ano em que o atual proprietário, e filho do seu José e dona Cândida, nasceu (Apêndice A).

Figura 11: Forro e assoalho em madeira.



Fonte 11: Acervo da autora.

O forno de carvão, construído com as mesmas técnicas, fica localizado atrás do engenho, era utilizado para queima de madeira na fabricação de carvão (Figura 12).

Figura 12: Forno de carvão.



Fonte 12: Acervo da autora.

O engenho fica localizado atrás da casa e possui características similares ao Engenho São Jorge dos Erasmos, típico da colonização açoriana. Inicialmente, a moenda funcionava tocada a boi, posteriormente, Seu Paulo “modernizou” o engenho com o auxílio da energia elétrica. Também foram feitas algumas reformas no engenho, substituindo-se os pilares de madeira por pilares de tijolos.

Além de fabricar o açúcar mascavo e o melado, também era feita a farinha de mandioca. Atualmente restam apenas algumas peças que eram utilizadas para a fabricação de farinha. (ver apêndice B).

6.3 PROPOSTA PROJETUAL

6.3.1 Programa de Necessidades

Inspirado pelo Museu do Pão será proposto o restauro do sítio e um anexo. No referente Museu, há uma bodega inserida no moinho para que os visitantes possam experimentar alimentos feitos na oficina. No projeto proposto, se utilizará da área da cozinha para criar um ambiente onde os visitantes possam degustar um café colonial com receitas conhecidas na região e utilizando ingredientes disponíveis no sítio. Oportunizando aos visitantes experimentar a sensação, os aromas e sabores relacionados ao local.

Ainda inspirado no Museu do Pão, é proposto um “Caminho dos Engenhos” pela proximidade de outras construções similares na localidade, como exemplo, o Engenho do Seu José Lohn, mais conhecido como Seu “Zeca”, e de sua esposa Maria Doraci Lohn. No engenho, Seu Zeca produz farinha de mandioca e cachaça, sendo possível adquirir esses produtos direto do engenho (Apêndice C).

O Engenho São Jorge dos Erasmos contribuiu com sua história e características açorianas similares ao engenho encontrado no Sítio dos Fraga, e ainda, com a proposta

projeto de passarelas e sua torre de observação. Dessa forma, inspirou-se na torre de observação para a criação de um mirante na frente da casa, proporcionando aos visitantes prestigiarem a vista da cidade (Figura 14).

Figura13: Vista da cidade.

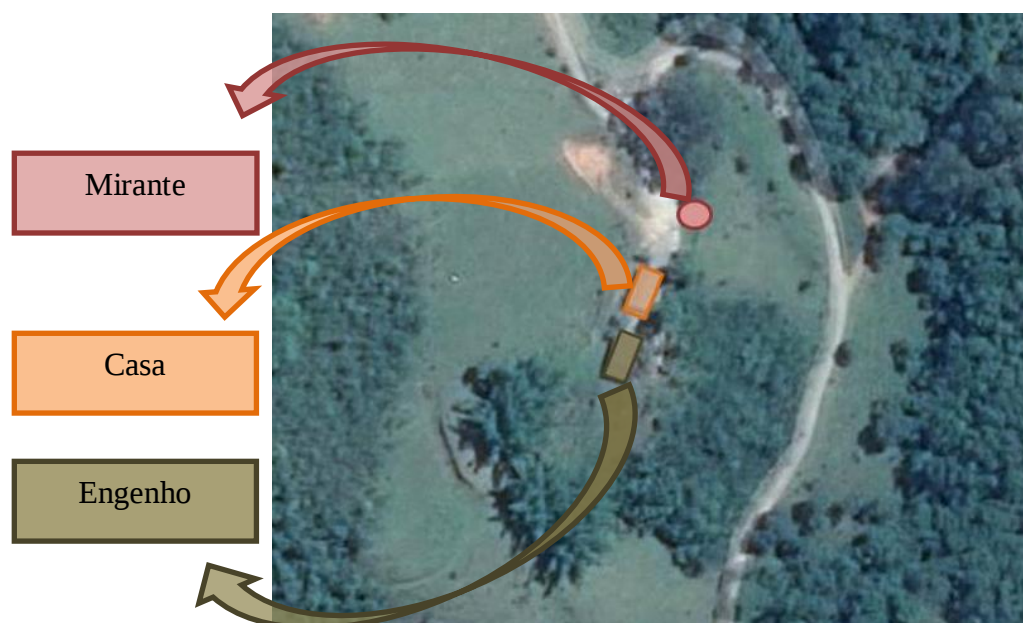


Fonte 13: Acervo da autora.

Para a construção do mirante, as técnicas construtivas serão inspiradas pelos projetos de Anna Heringer, utilizando, sempre que possível, materiais disponíveis no local, como o bambú.

6.3.2 Fluxograma

Figura 14: Fluxograma.



Fonte14: Google, editado pela autora.

7 CONSIDERAÇÕES

Tendo como objetivo compreender o processo de significação do patrimônio histórico e as técnicas retrospectivas para a sua preservação, tendo como foco o estudo de caso e proposta projetual para o Sítio dos Fraga, em Santo Amaro da Imperatriz - SC, acrescentando o roteiro turístico e economia da região em questão, pode-se entender a importância representada pelos bens materiais característicos da localidade.

Para entender ao objetivo da pesquisa, utilizou-se dos seguintes objetivos específicos: a) levantamento de material teórico pertinente ao assunto; b) apresentação da semiótica; c) buscou-se obras correlatas que passaram pelo processo de restauro e construção de anexo; d) levantou-se o histórico da cidade em questão; e) fez-se um levantamento arquitetônico do sítio; f) propôs-se a restauração e construção de anexo no sítio com o intuito de fomentar o turismo no local.

Como hipótese apresentada pelo trabalho, questionou-se se a compreensão da relevância pertencente ao bem histórico induz a preservação. Assim, por meio das pesquisas pode-se perceber que o entendimento sobre a história, o contexto, processo de construção das edificações, associado às experiências vivenciadas no local, criam um sentimento de vínculo com o bem, passando a representar algo, criando memórias, afeto, dando ao indivíduo a sensação de pertencimento ao local.

A presente pesquisa não se finda aqui, se dará continuidade com o aperfeiçoamento dos desenvolvimento do texto e proposta projetual.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. **Proposta de um parque no velho território dos Erasmos**. Revista USP, São Paulo, n. 41, p. 10-17, março/maio, 1999.

ALTHOFF, F. R. **Aspectos urbano-arquitetônicos dos principais núcleos luso-brasileiros do litoral catarinense**. Núcleo de estudos Açorianos da UFSC. Disponível em: <<http://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fatima/>> Acesso em: 15/03/2017.

AMARAL, C. S. **Proposta de revisão epistemológica da teoria de John Ruskin**. Universidade São Judas Tadeu – arq.urb- número 4, segundo semestre de 2010.

ANDRADE, R. **Engenhos, Fazendas e Estâncias do Brasil**. São Paulo: Empresa das Artes, 2009.

ANTICOLI, A. M. **Brasil Arquitetura: construindo uma trajetória**. Dissertação (mestrado) Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2016.

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual, uma psicologia da visão criadora**. São Paulo: Pioneira Thomsom, 2011.

AUGUSTO, M. G. **As transformações na arquitetura rural paulista pré-moderna**. VI EHA – Encontro de História da Arte – UNICAMP, 2010. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2010/marcelo_gaudio_augusto.pdf> Acesso em: 17/05/2017.

AZEREDO, Hélio. A. **O edifício até sua cobertura**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977

AZEVEDO NETTO, José Martiniano de. **Manual de Hidráulica**. São Paulo: Edgar Blücher, 1998

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BARRIENTOS, M. I. G. G. **Retrofit de edificações: Estudo de Reabilitação e Adaptação das edificações Antigas às Necessidades Atuais**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU, Rio de Janeiro, 2004.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.

BOITO, C. **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BNDES, **Adaptação & Valorização Patrimonial: Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos**. Disponível em: <<http://www.engenho.prceu.usp.br/projeto-de-restauro-e-adaptacao/>> Acesso em: 26/04/2017.

BRAGA, M. (org.) **Conservação e restauro: arquitetura**. Rio de Janeiro: Ed.Rio, 2003.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BROADBENT, G. **Um guia pessoal descomplicado da teoria dos signos na arquitetura.** In: NESBIT, K. (Org.) Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, pág. 141-162, 2013.

CARBONARA, G. **Brandi e restauração arquitetônica hoje.** Traduzido por: Beatriz Mugayar Kühl, Desíginio, n. 6, p. 35-47, 2006.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura, forma, espaço e ordem.** São Paulo: Martins Fontes, 1999

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CLETISON, J. **Arquipélago dos Açores e Litoral Catarinense: século XVIII a XXI.** Disponível em: <http://nea.ufsc.br/files/2012/05/Arquipelago_dos_Acores_e_Litoral_Catarinense_JoiCletison.pdf> Acesso em: 15/03/2017.

COLIN, Silvio. **Introdução à Arquitetura.** Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simons. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos.** Rio de Janeiro, Reven, 2003

CORDEIRO, S. L. **A Paisagem Histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista.** Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em arqueologia do Museu de Arqueologia e etnologi. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CORRÊA, W. K. **Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina.** Geosul, v. 14, nº. 27, p. 25-44, Florianópolis, jan/jun. 1999.

COSTA, D. R. M. da. **Aspectos críticos em obras de restauração arquitetônica no Estado: a experiência do arquiteto Edegar Bittencourt da Luz.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

CULLER, J. **The semiotics os Tourism.** Framing The Sign: Criticism ans Its Institutions. University os Oklahoma Press, 1990. Disponível em: <<http://web.mit.edu/allanmc/www/culler1.pdf>> Acesso em: 16/05/2017.

DEJTIAR, F. **Anna Heringer: Por uma arquitetura artesanal.** Traduzido por: Romullo Baratto. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/806846/anna-heringer-por-uma-arquitetura-artesanal-e-cooperativa>> Acesso em: 28/04/2017.

DERNER, A. L. **Novas modalidades turísticas no município de Santo Amaro da Imperatriz: uma abordagem exploratória.** Monografia. Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Fedral de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DIAS, H. D. J. **Santa Catarina no tempo dos engenhos.** In: Revista História Catarina. Ano V, nº 36, Lages, 2011.

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf> Acesso em: 17/03/2017.

DVORAK, Max. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. Tradução: Valéria Alves Esteves Lima. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

ECO, U. **A estrutura ausente**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2003.

_____. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FARIA, J. P. R. de. **Influência Africana na arquitetura de terra de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FEIBER, S. D. **O Lugar: Vivências e Significados**. Cascavel: Assoeste, 2008.

FERRAZ, M.C. **Arquitetura rural na Serra da Mantiqueira**. Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, São Paulo, 1996.

FERREIRA, L; AGUIAR, L; PINTO, J. R. **Turismo cultural, itinerários turísticos e impactos dos destinos**. Revista de Cultura e Turismo, CULTUR, ano 06, nº 02, junho de 2012.

FERREIRA, S. L. **A “açorianização” do litoral catarinense**. Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-a%C3%A7orianiza%C3%A7%C3%A3o-do-litoral-catarinense-no-Setecentos-S%C3%A9rgio-Luiz-Ferreira.pdf>> Acesso em: 15/03/2017.

FLORÊNCIO, S. R. R; BEZZERA, J. I. M; CLEROT, P; CAVALCANTE, I. M. P; SILVA, J. de S; LONG, L. KROHN, E. C. R; SILVA, A. P; MEDEIROS, M. da G; DUTRA, M. V. de M. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília, IPHAN, 2016.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FROTA, A. B. & SCHIFER, S. R. **Manual de Conforto Térmico**. Studio Nobel

FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, S. de C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GEAMPAULO, V. L. **Engenho São Jorge dos Erasmos: aproximações acerca da morte e vida no complexo açucareiro vicentino (séculos XVI-XVII)**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GHIRARDELLO, N; SPISSO, B. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru: Canal 6, 2008.

GUIA DOS AÇORES. **Núcleo de estudos Açorianos da UFSC**. Disponível em: <<http://nea.ufsc.br/guia-dos-acoress>> Acesso em: 17/05/2017.

GUZZO, A. C. P. **A importância do estudo do patrimônio para o resgate da memória**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2512-8.pdf>> Acesso em: 18/10/2016.

HERINGER, A. **DESI Training center, Rudrapur, Bangladesh**. Disponível em: <<http://www.anna-heringer.com/index.php?id=41>> Acesso em: 28/04/2017.

_____. **Simply Local**. Disponível em: <http://www.anna-heringer.com/fileadmin/anna/news/050_EB2_Essay_Heringer_es_E.pdf> Acesso: 28/04/2017.

HORTA, M. **De volta a arquitetura vernacular na Meti School. Ana Heringer e Eike Roswag. Rudrapur, Bangladesh**. Disponível em: <<http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/182/de-volta-a-arquitetura-vernacular-na-meti-school-anna-heringer-134776-1.aspx>> Acesso em: 24/04/2017.

HOTEL CALDAS DA IMPERATRIZ. **História do Hotel Caldas da Imperatriz**. Disponível em: <<http://www.hotelcaldas.com.br/o-hotel>> Acesso em: 15/03/2017.

IPHAN. **O IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>> Acesso em: 31 de outubro de 2016.

_____. **O patrimônio do imigrante**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v2_m.pdf> Acesso em: 16/03/2017.

JOCHEM, T. V. **Uma caminhada de fé: História da Paróquia Santo Amaro – Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas**. Santo Amaro da Imperatriz: Edição do Autor, 2005.

JOLY, M. **Introdução à análise da Imagem**. Lisboa: 70ª ed. 2007. Disponível em: <<https://flankus.files.wordpress.com/2009/12/introducao-a-analise-da-imagem-martine-joly.pdf>> Acesso em: 27/01/2017.

KEELER, M. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KOK, G. **Memórias do Brasil: uma viagem pelo patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

KRISTAL, O. **Place | Culture | Architecture – The Vernacular Built Environment of Himachal Pradesh**. 2011. Monografia de Arquitetura. Politecnico di Milano. Disponível em: <https://issuu.com/okristal/docs/place_culture_architecture> Acesso em: 21/04/2017.

KÜHL, B. M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação.** São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

LAMAS, José Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

LYGIA, M. C. **De museologia, arte e política de patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

MAIA, F. B.de A. **Análise do turismo em relação ao uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no município de Santo Amaro da Imperatriz.** Dissertação (mestrado) Programa de Pós graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARCONI. M. de A.; LAKATOS. E. M. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2011.

MASCARÓ, Juan Luis; YOSHINAGA, Mario. **Infra-estrutura urbana.** Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005

MAYUMI, L. **Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo.** Doutorado (tese) Pós graduação em áreas de concentração: Estruturas Ambientais Urbanas. Universidade de São Paulo, 2005.

MELO, D. P. de; MELO, V. P. de. **Uma introdução à semiótica Peirceana.** Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br/bitstream/123456789/480/1/Uma%20introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20semi%C3%B3tica%20peirceana.pdf>> Acesso em: 01/02/2017.

MELO, C; NETTO, A. P. **Os signos do olhar do turista. Tributo a John Urry (1946-2016).** Anais do Seminário da ANPTUR, 2016.

MENDES, F. R. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MENDES, M. **Restauração: ciência e arte.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2005.

MORAES, V. T. F; QUELHAS, O. L. G. **A metodologia do processo retrofit e os limites da intervenção.** VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2011. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T11_0356_1498.pdf> Acesso em: 14/04/2017.

MOURA, A. M. F. de. **Turismo, meio ambiente e espaço urbano.** In: FUNARI, P. P; PINSKY, J. (Org.). Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2003.

NAHAS, P. V. **Brasil Arquitetura: memória e contemporaneidade. Um percurso do Sesc Pompéia ao Museu do Pão (1977-2008).** Dissertação (mestrado) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

NAJJAR, R; DUARTE, M. C. C. **Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração.** 2002. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ArqueologiaHistoricaProjetosRestauracao_1edicao_m.pdf> Acesso em: 14/04/2017.

NESBITT, K. Introdução. In: NESBITT, K. (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. Trad. V. Pereira. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

NETTO, J. T. C. **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

OLIVEIRA, R. P. D. de. **O pensamento de John Ruskin**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>> Acesso em: 20/03/2017.

PACHALSKI, G. A. **Museu do pão: arquitetura, cultura e lugar**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

PACHECO, R. de A. **Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 143-154, 2010.

PAES, M. T. D. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico**. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.) Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro, Letra e Imagem, 2009.

PARANÁ. **Carta Patrimonial**. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=264>> Acesso em: 02/05/2017.

PATIDAR, S; RAGHUWANSHI, B. Vernacular to modern in the search os sustainable development. **ITU Journal of the Faculty of Architecture**. Vol. 13 nº 1, p. 115-126, março, 2016.

PIERCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PIGNATARI, D. **Semiótica da arte e da arquitetura**. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2004.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, São Paulo, 2009.

REBELLO, Y.P.C. A Concepção Estrutural e a Arquitetura. São Paulo: Zigurate, 2000

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002.

RIPPER, Ernesto. Manual prático de materiais de construção. São Paulo: Pini, 1995

PORTUGUEZ, A. P. **Turismo, memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

ROAF, S. **A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. Tradução e apresentação: Maria Lúcia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia- SP: Ateliê Editorial, 2008.

SACHET, C. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis, Século Catarinense, 1997.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SEABRA, G. de F. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. Anderson Pereira Portuguese, Giovanni de Farias Seabra, Odaléia Telles M. M. Queiroz (Organizadores). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004

SOUZA, S. R. S. de. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (mestrado) Pós Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. Florianópolis, 1980.

SILVA, D. J. da; PEREIRA, P. H. M; PEREIRA, M. T.; **Museu, Cidade e Identidade na era da Indústria Cultural: olhares sobre o Museu Rodin e o Museu do Pão**. Disponível em: <aeaulp.com/love/media/81> Acesso em: 28/04/2017.

TAKAMATSU, P. H.T. **Arquitetura vernacular [manuscrito]: estudo de caso Vila do Elesbão / Santana – AP: análise do habitat vernacular no ambiente construído e sua preservação**. 2014. Dissertação (mestrado em ambiente construído e patrimônio sustentável) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TORELLY, L. P. P. **Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural**. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v.5, n.2, jul/dez. 2012.

VARAS, I. G. **Conservación de Bienes Culturales: teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1999.

VIEIRA, T. P. **A transformação da cultura de base açoriana catarinense através do desenvolvimento da pesca e do turismo – um estudo antropológico**. Tese (doutorado) Programa de doutorado Iberoamericano em Antropologia de Iberoamérica, Salamanca, Espanha, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, E. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

WANNER, M.C.A. **Paisagens sígnicas: uma reflexão sobre as artes visuais contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/296z5/pdf/wanner-9788523208837-03.pdf>> Acesso em: 13/05/2017.

ANEXOS

ANEXO A: Carta de Veneza 1964

ANEXO B: Carta de Restauro

APÊNDICES

APÊNDICE A – DETALHES CONSTRUTIVOS E PLANTA

As imagens e demonstram as características e detalhes construtivos feitos pelo seu José M. Fraga e, mais tarde, algumas alterações feitas por seu Paulo J. Fraga.

Aberturas da casa.



Fonte: Acervo da autora

Tramela, sistema de tranca das janelas.



Fonte: Acervo da autora.

Assoalho e marca de antiga divisória de madeira, indicado na imagem.



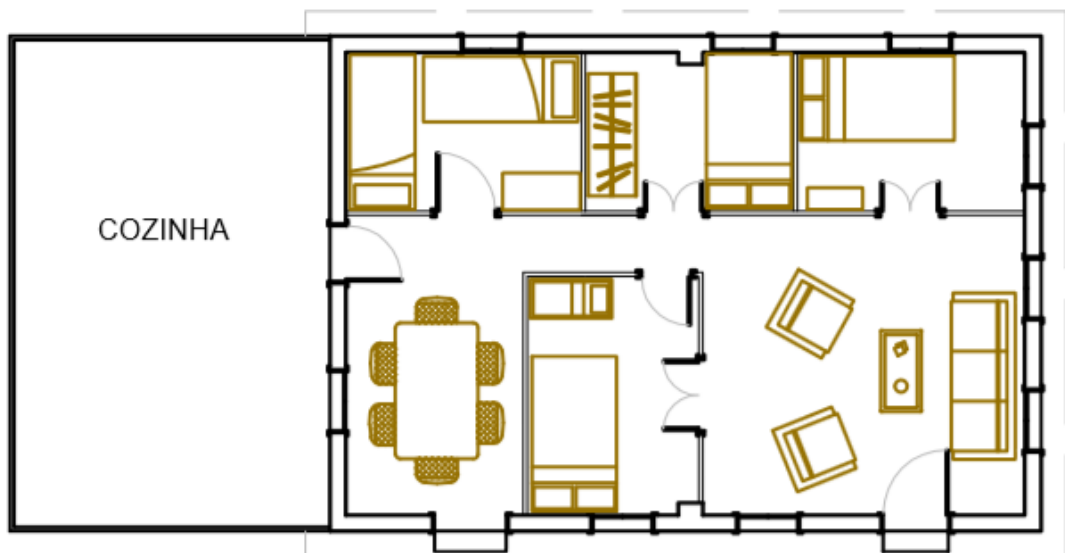
Fonte: Acervo da autora.

Tijolos aparentes e madeira aparente com função de verga, indicado na imagem, e estrutura do telhado.



Fonte: Acervo da autora.

Planta original da casa.



Fonte: Desenho da autora.

Planta atual da casa.



Fonte: Desenho da autora.

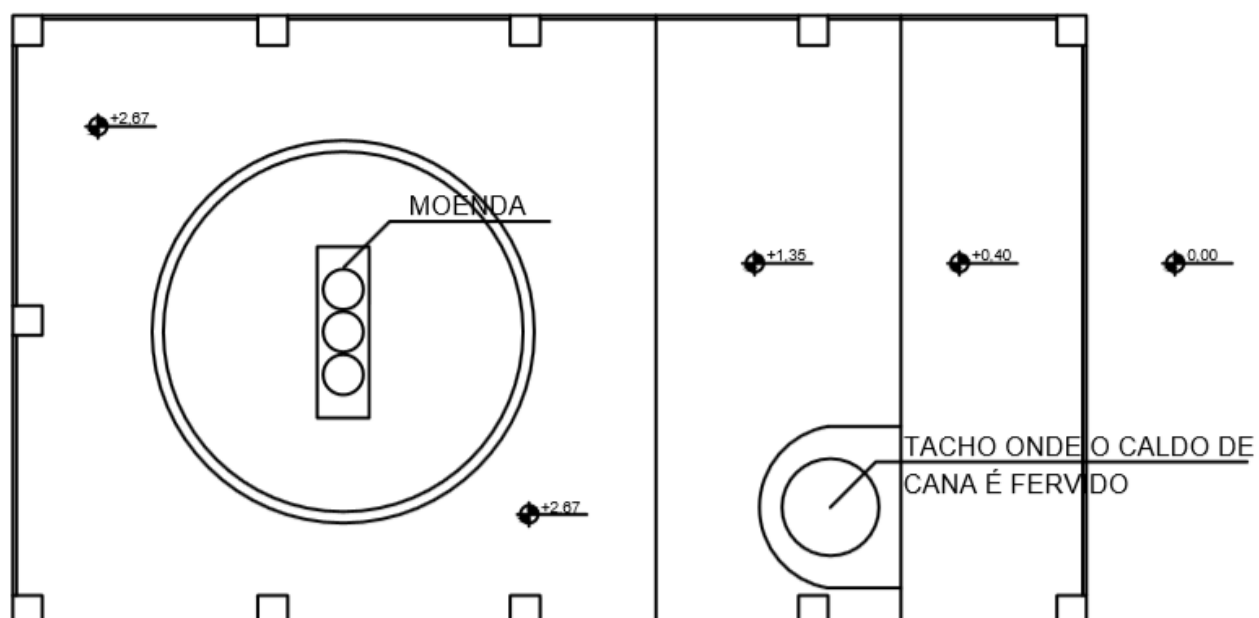
Figura: Cozinha modificada pelo Seu Paulo Fraga.



Fonte: Acervo da autora.

APÊNDICE B – PLANTA DO ENGENHO E IMAGENS DA FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR E MELADO PELA FAMÍLIA.

Planta baixa do engenho.



Fonte: Desenho da autora.

Seu José e Dona Cândida, com sua neta e duas bisnetas.



Fonte: Acervo da autora.

Processo de moagem da cana, na foto, neto e bisneta de seu José e dona Cândida.



Fonte: Acervo da autora.

Figura: Seu Paulo Fraga cuidando do caldo de cana fervendo no tachó.



Fonte: Acervo da autora.

APÊNDICE C: ENGENHO DO SEU ZECA E MAPA COM O CAMINHO ENTRE
OS ENGENHOS DO SEU ZECA E SEU PAULO.

Engenho de farinha e cachaça do Seu Zeca.



Fonte: Acervo da autora.

Moenda e peça para destilação da cachaça.



Acervo da autora.

